

Diagnóstico [1356]

1.A Prefeitura realizou audiências públicas para elaboração das peças orçamentárias em 2023? [5678] M03Q01800

Orientações: Instrução: A audiência pública definida por Diogo Figueiredo Moreira Neto, como: “um instituto de participação administrativa aberta a indivíduos e a grupos sociais determinados, visando à legitimidade da ação administrativa, formalmente disciplinada em lei, pela qual se exerce o direito de expor tendências, preferências e opções que possam conduzir o Poder Público a uma decisão de maior aceitação consensual”. Fonte: MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Direito de participação política: legislativa, administrativa, judicial: fundamentos e técnicas constitucionais de legitimidade. Rio de Janeiro: Renovar, 1992. Serão consideradas nesse quesito apenas as audiências públicas realizadas durante a elaboração e discussão do plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual, conforme disposto no inciso I, §1º, do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Obs.: Não considerar as audiências públicas de metas fiscais, saúde, saneamento básico etc. Diretriz: Obs. Serão consideradas apenas as audiências públicas realizadas durante o processo de planejamento municipal (PPA, LDO e LOA).

#	ID	Descrição	Valor de referência	Exige adicional	Texto padrão
1	9191	1.0000 - Sim [M03Q01800R00100] [9191]		Não	
2	9192	2.0000 - Não [M03Q01800R00200] [9192]		Não	

Opção (M03Q01800R00100) [1357] - exibido ao selecionar: 'Sim'

1.1.Assinale o dia e horário de realização das audiências públicas: [5679] M03Q01850

#	ID	Descrição	Valor de referência	Exige adicional	Texto padrão
1	9193	1.0000 - Dia de semana em horário comercial (8 as 18 horas) [M03Q01850R00100] [9193]		Não	
2	9194	2.0000 - Dia de semana após as 18 horas [M03Q01850R00200] [9194]		Não	
3	9195	3.0000 - Aos sábados, domingos e feriados [M03Q01850R00300] [9195]		Não	

1.2.As audiências públicas são transcritas em atas ou outro documento de registro das demandas/sugestões apresentadas pela participação popular? [5680] M03Q01810

Orientações: Instrução: Ata consiste na formalização das expressões orais ocorridas em reunião.

#	ID	Descrição	Valor de referência	Exige adicional	Texto padrão
1	9196	1.0000 - Sim [M03Q01810R00100] [9196]		Não	

#	ID	Descrição	Valor de referência	Exige adicional	Texto padrão
2	9197	2.0000 - Não [M03Q01810R00200] [9197]		Não	

Opção (M03Q01810R00100) [1358] - exibido ao selecionar: 'Sim'

1.2.1. Informe a página eletrônica (link na internet) de divulgação das atas de audiências públicas: [5681] M03Q01883R00100

Orientações: Diretriz: Se não estiver disponível na internet, inserir no campo *Página eletrônica (link na internet)* o texto XYZ

2. Além das audiências públicas, a Prefeitura realizou diagnóstico anteriormente ao planejamento, através do levantamento formal de seus problemas, necessidades e deficiências? [5682] M03Q01400

Orientações: Instrução: Os levantamentos consistem na identificação dos problemas e levantamento de informações, que possibilitarão a elaboração do diagnóstico para processo de enfrentamento, resolução ou mitigação de problemas públicos. Nesse sentido, são realizadas as análises quanto ao contexto ao qual está inserido (origem do problema e histórico, análise política, econômica, sociocultural, jurídico-legal, ambiental, tecnológica etc.); a amplitude (quantas e quais pessoas são ou serão atingidos), a intensidade (intensidade absoluta ou relativa do problema) e a tendência (variação diacrônica do problema, verificando o passado e projetando o futuro). Além disso, os levantamentos são úteis para o estabelecimento de temas que serão debatidos em audiências públicas para elaboração do planejamento municipal (Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual), complementando e agregando informações para a tomada de decisão. SECCHI (2017, p. 39): “ O diagnóstico de um problema público é o trabalho analítico de identificação do problema público, sua amplitude, intensidade, seu contexto, suas causas e consequências e seu potencial tratamento.” Fonte: SECCHI, Leonardo. Análise de Públicas. Diagnósticos de Problemas, Recomendações de Soluções. Diretriz: Obs. Os Planos Municipais Setoriais - Educação, Saúde, Saneamento Básico etc. - somente podem ser considerados se neles houver evidências do levantamento formal dos problemas.

#	ID	Descrição	Valor de referência	Exige adicional	Texto padrão
1	9198	1.0000 - Sim [M03Q01400R00100] [9198]		Não	
2	9199	2.0000 - Não [M03Q01400R00200] [9199]		Não	

Opção (M03Q01400R00100) [1359] - exibido ao selecionar: 'Sim'

2.1.A elaboração do diagnóstico levou em conta algum plano do governo federal e/ou estadual? [5683] M03Q01430

#	ID	Descrição	Valor de referência	Exige adicional	Texto padrão
---	----	-----------	---------------------	-----------------	--------------

#	ID	Descrição	Valor de referência	Exige adicional	Texto padrão
1	9200	1.0000 - Sim [M03Q01430R00100] [9200]		Não	
2	9201	2.0000 - Não [M03Q01430R00200] [9201]		Não	

2.2.Houve a inclusão de solução proposta pelo diagnóstico nas peças orçamentárias? [5684] M03Q01420

Orientações: Instrução: Diagnóstico trata-se da fase do planejamento, onde se verifica a situação atual na qual se encontra, para que as discussões sejam realizadas até o alcance do entendimento.

#	ID	Descrição	Valor de referência	Exige adicional	Texto padrão
1	9202	1.0000 - Sim [M03Q01420R00100] [9202]		Não	
2	9203	2.0000 - Não [M03Q01420R00200] [9203]		Não	

3.Houve a realização de consulta pública online para coleta de sugestões para a elaboração das peças orçamentárias em 2023? [5685] M03Q03500

#	ID	Descrição	Valor de referência	Exige adicional	Texto padrão
1	9204	1.0000 - Sim [M03Q03500R00100] [9204]		Não	
2	9205	2.0000 - Não [M03Q03500R00200] [9205]		Não	

Opção (M03Q03500R00100) [1360] - exibido ao selecionar: 'Sim'

3.1.Assinale para quais peças orçamentárias foram realizadas as consultas públicas: [5686] M03Q03510

#	ID	Descrição	Valor de referência	Exige adicional	Texto padrão
1	9206	1.0000 - PPA [M03Q03510R00100] [9206]		Não	
2	9207	2.0000 - LDO [M03Q03510R00200] [9207]		Não	
3	9208	3.0000 - LOA [M03Q03510R00300] [9208]		Não	

Opção (M03Q03510R00100) [1361] - exibido ao selecionar: 'PPA'

3.1.1.Na consulta pública online de elaboração do Plano Plurianual (PPA) foi disponibilizado glossário explicando os objetivos, como contribuir, em linguagem clara e simples? [5687] M03Q03511

Orientações: Instrução: Glossário é um tipo de dicionário específico para palavras e expressões pouco conhecidas, seja

por serem de natureza técnica, regional ou de outro idioma.

#	ID	Descrição	Valor de referência	Exige adicional	Texto padrão
1	9209	1.0000 - Sim [M03Q03511R00100] [9209]		Não	
2	9210	2.0000 - Não [M03Q03511R00200] [9210]		Não	

Opção (M03Q03510R00200) [1362] - exibido ao selecionar: 'LDO'

3.1.2. Na consulta pública online de elaboração do Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) foi disponibilizado glossário explicando os objetivos, como contribuir, em linguagem clara e simples? [5688] M03Q03512

Orientações: Instrução: Glossário é um tipo de dicionário específico para palavras e expressões pouco conhecidas, seja por serem de natureza técnica, regional ou de outro idioma.

#	ID	Descrição	Valor de referência	Exige adicional	Texto padrão
1	9211	1.0000 - Sim [M03Q03512R00100] [9211]		Não	
2	9212	2.0000 - Não [M03Q03512R00200] [9212]		Não	

Opção (M03Q03510R00300) [1363] - exibido ao selecionar: 'LOA'

3.1.3. Na consulta pública online de elaboração do Lei Orçamentária Anual (LOA) foi disponibilizado glossário explicando os objetivos, como contribuir, em linguagem clara e simples? [5689] M03Q03513

Orientações: Instrução: Glossário é um tipo de dicionário específico para palavras e expressões pouco conhecidas, seja por serem de natureza técnica, regional ou de outro idioma.

#	ID	Descrição	Valor de referência	Exige adicional	Texto padrão
1	9213	1.0000 - Sim [M03Q03513R00100] [9213]		Não	
2	9214	2.0000 - Não [M03Q03513R00200] [9214]		Não	

4. Existem mecanismos de acompanhamento da execução das demandas originárias de participação popular? [5690] M03Q03600

Orientações: Instrução: Demandas originárias de participação popular: - pedidos por ofício - abaixo-assinado - solicitações formais de líderes comunitários - sugestões formalizadas em audiência pública - sugestões da população coletadas pela Prefeitura Diretriz: Ex.: pedidos de ofício, abaixo-assinado, solicitações de líderes comunitários etc.

#	ID	Descrição	Valor de referência	Exige adicional	Texto padrão
1	9215	1.0000 - Sim [M03Q03600R00100] [9215]		Não	
2	9216	2.0000 - Não [M03Q03600R00200] [9216]		Não	
3	9217	3.0000 - Não houve demanda originária de participação popular [M03Q03600R00300] [9217]		Não	

5. É realizado estudo/análise para previsão de receitas, no mínimo, anualmente? [5691] M03Q03700

Orientações: Instrução: Os estudos para previsões de receitas, segundo o art. 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000), deverão considerar dentre outros aspectos: - Normas técnicas e legais; - Efeitos das alterações na legislação; - Variação do Índice de Preços; e - Crescimento econômico. Diretriz: Aplicação de índice inflacionário ao valor arrecadado do exercício anterior NÃO é estudo/análise de previsão de receita

#	ID	Descrição	Valor de referência	Exige adicional	Texto padrão
1	9218	1.0000 - Sim [M03Q03700R00100] [9218]		Não	
2	9219	2.0000 - Não [M03Q03700R00200] [9219]		Não	

Opção (M03Q03700R00100) [1364] - exibido ao selecionar: 'Sim'

5.1. A metodologia utilizada para projeção da receita varia de acordo com a espécie da receita orçamentária projetada? [5692] M03Q03730

#	ID	Descrição	Valor de referência	Exige adicional	Texto padrão
1	9220	1.0000 - Sim [M03Q03730R00100] [9220]		Não	
2	9221	2.0000 - Não [M03Q03730R00200] [9221]		Não	

6. Houve a realização de estudo para elaborar/definir os objetivos, programas, ações, metas e indicadores do PPA? [5693] M03Q03800

Orientações: Instrução: O estudo sobre a elaboração do PPA deve abarcar desde as diretrizes, os objetivos, os programas até as metas relacionadas às ações, que materializam os objetivos contidos no plano, para sua melhor eficácia. Assim como a análise quanto a viabilidade das alternativas selecionadas (Análise de Custo e Benefício, Análise de Custo-efetividade, Análise de Viabilidade Política de Implementação entre outros métodos para projeção de resultados) para o enfrentamento de determinado agravo social. Dentre as fontes para a realização do estudo podemos destacar a realização de audiências públicas, coleta de sugestões pela internet, informações disponibilizados pelo Relatório Anual de Gestão emitidos pela ouvidoria pública, sugestões encaminhadas pelos Conselhos Municipais, análise dos planos estratégicos ou planos setoriais, regionais de desenvolvimento; com o propósito de analisar os problemas e suas causas de modo a desenhar políticas públicas aderentes a realidade local, com maior probabilidade de gerar resultados e melhoria na qualidade de vida da população local. Conceitos Gerais: - Programa finalístico consiste no programa composto por ações que resultam em produtos (bens e serviços) ofertados à sociedade. Ex.: merenda escolar, assistência à criança e ao adolescente etc. - Objetivos: discriminam os resultados que se pretende alcançar para superar as dificuldades diagnosticadas, devendo ser descritos de forma clara e direta para comunicar à sociedade as estratégias de governo no âmbito de cada política pública. - Programas: consiste no instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos. - Indicadores: consiste em parâmetros estabelecidos que permitem acompanhar a evolução do programa sob a perspectiva da efetividade, eficiência, economicidade ou eficácia, conforme o caso, e devem estar compatibilizados com os objetivos definidos no Plano Plurianual. Atributos relacionados aos indicadores: denominação, fonte, unidade de medida, índice de referência, periodicidade, base geográfica, fórmula de cálculo, data da apuração. - Ações: são operações das quais resultam produtos (bens ou serviços), que contribuem para atender ao objetivo de um programa. Ex. atividade e projeto. - Metas: consiste nos resultados esperados de determinada ação. É recomendável que a definição das metas observe: os planos estratégicos que orientam a definição das ações; a natureza do problema que se deseja enfrentar e o excesso de metas, para não comprometer o acompanhamento dos objetivos.

#	ID	Descrição	Valor de referência	Exige adicional	Texto padrão
1	9222	1.0000 - Sim, para todos os programas do PPA [M03Q03800R00100] [9222]		Não	
2	9223	2.0000 - Sim, para a maior parte dos programas [M03Q03800R00200] [9223]		Não	
3	9224	3.0000 - Sim, para a menor parte dos programas [M03Q03800R00300] [9224]		Não	
4	9225	4.0000 - Não realiza estudo [M03Q03800R00400] [9225]		Não	

Execução do Planejamento - I [1365]

7.Há o estabelecimento de metas físicas e financeiras de forma anual nas ações previstas no PPA? [5694] M03Q03900

Orientações: Instrução: Meta física é a quantidade do produto a ser ofertado por ação, de forma regionalizada, e instituída para o exercício. Meta financeira é o montante necessário para o desenvolvimento da ação orçamentária. Metas anuais - quantifica e comunica a transformação da realidade almejada a cada ano. Meta - quantifica e comunica a transformação da realidade almejada a cada ano, e para o final do quadriênio do Plano Plurianual. Deve considerar o montante de recursos disponíveis e a capacidade operacional das instituições envolvidas na execução do programa. A

meta para o final do PPA é um atributo legal, enquanto as metas anuais são atributos gerenciais. Atenção: as metas solicitadas no quesito são referentes apenas as ações previstas no PPA. Não serão consideradas as metas anuais previstas no Anexo de Metas Fiscais, que diz respeito as receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida ativa.

#	ID	Descrição	Valor de referência	Exige adicional	Texto padrão
1	9226	1.0000 - Sim [S] [9226]		Não	
2	9227	2.0000 - Não houve o estabelecimento de metas anuais [M03Q03900R00200] [9227]		Não	

Opção (SIM) [1366] - exibido ao selecionar: 'Sim'

7.1. Detalhe o estabelecimento de metas físicas e financeiras de forma anual nas ações previstas no PPA: [5695]

Orientações: Instrução: Meta física é a quantidade do produto a ser ofertado por ação, de forma regionalizada, e instituída para o exercício. Meta financeira é o montante necessário para o desenvolvimento da ação orçamentária. Metas anuais - quantifica e comunica a transformação da realidade almejada a cada ano. Meta - quantifica e comunica a transformação da realidade almejada a cada ano, e para o final do quadriênio do Plano Plurianual. Deve considerar o montante de recursos disponíveis e a capacidade operacional das instituições envolvidas na execução do programa. A meta para o final do PPA é um atributo legal, enquanto as metas anuais são atributos gerenciais. Atenção: as metas solicitadas no quesito são referentes apenas as ações previstas no PPA. Não serão consideradas as metas anuais previstas no Anexo de Metas Fiscais, que diz respeito as receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida ativa.

#	ID	Descrição	Valor de referência	Exige adicional	Texto padrão
1	9228	1.0000 - Sim, apenas com metas físicas [M03Q03900R00300] [9228]		Não	
2	9229	2.0000 - Sim, apenas com metas financeiras [M03Q03900R00400] [9229]		Não	
3	9230	3.0000 - Sim, com metas físicas e financeiras [M03Q03900R00100] [9230]		Não	

7.2. Os programas finalísticos articulam um conjunto de ações que concorrem para um objetivo comum preestabelecido, visando à solução de um problema ou necessidade da sociedade? [5696] M03Q03910

Orientações: Instrução: Programa finalístico consiste no programa composto por ações que resultam em produtos (bens

e serviços) ofertados à sociedade. Ex.: merenda escolar, assistência à criança e ao adolescente etc.

#	ID	Descrição	Valor de referência	Exige adicional	Texto padrão
1	9231	1.0000 - Sim [9231]		Não	
2	9232	2.0000 - Nenhum programa finalístico [M03Q03910R00400] [9232]		Não	

Opção (SIM) [1367] - exibido ao selecionar: 'Sim'

7.2.1. Detalhe sobre programas finalísticos que articulam um conjunto de ações que concorrem para um objetivo comum preestabelecido, visando à solução de um problema ou necessidade da sociedade: [5697]

Orientações: Instrução: Programa finalístico consiste no programa composto por ações que resultam em produtos (bens e serviços) ofertados à sociedade. Ex.: merenda escolar, assistência à criança e ao adolescente etc.

#	ID	Descrição	Valor de referência	Exige adicional	Texto padrão
1	9233	1.0000 - Todos os programas finalísticos do PPA [M03Q03910R00100] [9233]		Não	
2	9234	2.0000 - A maior parte dos programas finalísticos [M03Q03910R00200] [9234]		Não	
3	9235	3.0000 - A menor parte dos programas finalísticos [M03Q03910R00300] [9235]		Não	

7.2.2. Houve avaliação da implementação dos programas finalísticos em relação a seus indicadores, objetivos e metas? [5698] M03Q03911

Orientações: Instrução: Segundo a Controladoria Geral da União (CGU, 2018): A avaliação consiste em determinar se uma ação pública tem realmente valor para a sociedade. Técnicas de avaliação permitem verificar se os resultados obtidos resolveram ou mitigaram de fato os problemas como se esperava inicialmente, ou seja, se as ações certas foram executadas e tiveram o resultado social esperado. Programa Finalístico: Programa composto por ações que resultam em produtos (bens e serviços) ofertados à sociedade. Exemplos: Merenda Escolar. Prevenção e controle de endemias. Infraestrutura de Esporte e Lazer. Assistência à criança e ao adolescente. Apoio administrativo: Programa que engloba ações voltadas à manutenção e ao aprimoramento da máquina administrativa.

#	ID	Descrição	Valor de referência	Exige adicional	Texto padrão
1	9236	1.0000 - Sim, houve avaliação [9236]		Não	

#	ID	Descrição	Valor de referência	Exige adicional	Texto padrão
2	9237	2.0000 - Não houve avaliação [M03Q03911R00400] [9237]		Não	

Opção (SIM, houve avaliação) [1368] - exibido ao selecionar: 'Sim, houve avaliação'

7.2.2.1. Detalhe a avaliação da implementação dos programas finalísticos em relação a seus indicadores, objetivos e metas: [5699]

Orientações: Instrução: Segundo a Controladoria Geral da União (CGU, 2018): A avaliação consiste em determinar se uma ação pública tem realmente valor para a sociedade. Técnicas de avaliação permitem verificar se os resultados obtidos resolveram ou mitigaram de fato os problemas como se esperava inicialmente, ou seja, se as ações certas foram executadas e tiveram o resultado social esperado. Programa Finalístico: Programa composto por ações que resultam em produtos (bens e serviços) ofertados à sociedade. Exemplos: Merenda Escolar. Prevenção e controle de endemias. Infraestrutura de Esporte e Lazer. Assistência à criança e ao adolescente. Apoio administrativo: Programa que engloba ações voltadas à manutenção e ao aprimoramento da máquina administrativa.

#	ID	Descrição	Valor de referência	Exige adicional	Texto padrão
1	9238	1.0000 - Sim, para todos os programas finalísticos monitorados [M03Q03911R00100] [9238]		Não	
2	9239	2.0000 - Sim, para a maior parte dos programas finalísticos monitorados [M03Q03911R00200] [9239]		Não	
3	9240	3.0000 - Sim, para a menor parte dos programas finalísticos monitorados [M03Q03911R00300] [9240]		Não	

7.2.2.2. Houve a elaboração de Relatório Anual de Avaliação dos programas finalísticos do PPA? [5700] M03Q03912

Orientações: Instrução: O Relatório Anual de Avaliação é elaborado a partir de informações geradas no processo de monitoramento dos programas temáticos/finalísticos, tendo como objetivo o aprimoramento das informações do monitoramento, ao analisar e comunicar melhor os resultados dos programas temáticos, proporcionando uma visão consolidada. Nesse sentido, o relatório trata sobre a evolução do programa temático/finalístico, dos objetivos e metas, bem como realiza a análise acerca do desempenho do programa e indicação das perspectivas relacionadas ao desenvolvimento da política pública.

#	ID	Descrição	Valor de referência	Exige adicional	Texto padrão
1	9241	1.0000 - Sim, houve a elaboração [9241]		Não	
2	9242	2.0000 - Não houve elaboração do Relatório Anual de Avaliação [M03Q03912R00400] [9242]		Não	

Opção (SIM, houve a elaboração) [1369] - exibido ao selecionar: 'Sim, houve a elaboração'

7.2.2.2.1. Detalhe a elaboração de Relatório Anual de Avaliação dos programas finalísticos do PPA: [5701]

Orientações: Instrução: O Relatório Anual de Avaliação é elaborado a partir de informações geradas no processo de monitoramento dos programas temáticos/finalísticos, tendo como objetivo o aprimoramento das informações do monitoramento, ao analisar e comunicar melhor os resultados dos programas temáticos, proporcionando uma visão consolidada. Nesse sentido, o relatório trata sobre a evolução do programa temático/finalístico, dos objetivos e metas, bem como realiza a análise acerca do desempenho do programa e indicação das perspectivas relacionadas ao desenvolvimento da política pública.

#	ID	Descrição	Valor de referência	Exige adicional	Texto padrão
1	9243	1.0000 - Sim, para todos os programas finalísticos do PPA [M03Q03912R00100] [9243]		Não	
2	9244	2.0000 - Sim, para a maior parte dos programas finalísticos [M03Q03912R00200] [9244]		Não	
3	9245	3.0000 - Sim, para a menor parte dos programas finalísticos [M03Q03912R00300] [9245]		Não	

7.2.2.2.2. Assinale os aspectos analisados no processo de acompanhamento e avaliação do PPA: [5702] M03Q02580

#	ID	Descrição	Valor de referência	Exige adicional	Texto padrão
1	9246	1.0000 - Percepção de coerência, em todos os programas, do necessário encadeamento lógico-causal entre os insumos que mobiliza, os produtos/ações que gera, os resultados que provoca e os impactos esperados pela sociedade [M03Q02580R00100] [9246]		Não	
2	9247	2.0000 - Análise quanto a se Programas, Metas e Ações são mensurados por um ou mais indicadores próprios e adequados, e que permitam aferir a situação atual (aquela que se pretende modificar) e os avanços obtidos ao longo da execução do programa (em direção àquela mudança pretendida) [M03Q02580R00200] [9247]		Não	
3	9248	3.0000 - Avaliação entre os produtos ofertados à população e as reais demandas da sociedade, coletadas, principalmente, nas audiências públicas realizadas e nos demais instrumentos de diagnóstico dos problemas, necessidades e deficiências do município [M03Q02580R00300] [9248]		Não	
4	9249	4.0000 - Outros [M03Q02580R00400] [9249]		Não	

7.2.2.3. Houve publicação dos resultados da avaliação dos programas finalísticos do PPA? [5703] M03Q02700

Orientações: Instrução: Considerar como itens divulgados os resultados dos indicadores dos programas finalísticos previstos e realizados, assim como as metas previstas e realizadas relacionadas as ações governamentais. Além disso, a publicidade dos resultados da avaliação dos programas finalísticos do PPA não estará necessariamente atrelada a publicação do Relatório de Avaliação, mas os resultados avaliados.

#	ID	Descrição	Valor de referência	Exige adicional	Texto padrão
1	9250	1.0000 - Sim [9250]		Não	
2	9251	2.0000 - Não [M03Q02700R00200] [9251]		Não	

Opção (SIM, publicação) [1370] - exibido ao selecionar: 'Sim'

7.2.2.3.1. Detalhe sobre a publicação dos resultados da avaliação dos programas finalísticos do PPA: [5704]

Orientações: Instrução: Considerar como itens divulgados os resultados dos indicadores dos programas finalísticos previstos e realizados, assim como as metas previstas e realizadas relacionadas as ações governamentais. Além disso, a publicidade dos resultados da avaliação dos programas finalísticos do PPA não estará necessariamente atrelada a publicação do Relatório de Avaliação, mas os resultados avaliados.

#	ID	Descrição	Valor de referência	Exige adicional	Texto padrão
1	9252	1.0000 - Sim, para todos os programas finalísticos avaliados do PPA [M03Q02700R00300] [9252]		Não	
2	9253	2.0000 - Sim, para a maior parte dos programas finalísticos avaliados [M03Q02700R00400] [9253]		Não	
3	9254	3.0000 - Sim, para a menor parte dos programas finalísticos avaliados [M03Q02700R00500] [9254]		Não	

7.2.2.3.2. Informe a página eletrônica (link na internet) de divulgação dos resultados da avaliação dos programas finalísticos do PPA: [5705] M03Q02712R00100

Orientações: Diretriz: Se não estiver disponível na internet, inserir no campo *Página eletrônica (link na internet)* o texto XYZ

7.3.Os indicadores são mensuráveis e estão coerentes com as metas físico-financeiras estabelecidas? [5706] M03Q03920

Orientações: Instrução: Indicador é o instrumento gerencial que mensura (quantitativamente) ou descreve (qualitativamente), um ou mais aspectos da realidade dada (situação social) ou construída (ação), de maneira a tornar operacional o acompanhamento dos programas governamentais, no caso do PPA. Meta física é a quantidade do produto a ser ofertado por ação, de forma regionalizada, e instituída para o exercício. Meta financeira é o montante necessário para o desenvolvimento da ação orçamentária.

#	ID	Descrição	Valor de referência	Exige adicional	Texto padrão
1	9255	1.0000 - Todos os indicadores do PPA [M03Q03920R00100] [9255]		Não	
2	9256	2.0000 - A maior parte dos indicadores [M03Q03920R00200] [9256]		Não	
3	9257	3.0000 - A menor parte dos indicadores [M03Q03920R00300] [9257]		Não	
4	9258	4.0000 - Nenhum indicador [M03Q03920R00400] [9258]		Não	

7.4.Assinale os Planos Setoriais que foram incorporados no Plano Plurianual (PPA): [5707] M03Q03930

#	ID	Descrição	Valor de referência	Exige adicional	Texto padrão
1	9259	1.0000 - Plano Diretor [M03Q03930R00100] [9259]		Não	
2	9260	2.0000 - Plano Municipal da Educação [M03Q03930R00200] [9260]		Não	
3	9261	3.0000 - Plano Municipal pela Primeira Infância [M03Q03930R00300] [9261]		Não	
4	9262	4.0000 - Plano Municipal da Saúde [M03Q03930R00400] [9262]		Não	
5	9263	5.0000 - Plano de Mobilidade Urbana [M03Q03930R00500] [9263]		Não	
6	9264	6.0000 - Plano de Saneamento Básico [M03Q03930R00600] [9264]		Não	
7	9265	7.0000 - Plano de Resíduos Sólidos [M03Q03930R00700] [9265]		Não	
8	9266	8.0000 - Plano de Contingência Municipal - PLANCON de Defesa Civil [M03Q03930R00800] [9266]		Não	
9	9267	9.0000 - Plano Diretor de Tecnologia da Informação [M03Q03930R00900] [9267]		Não	
10	9268	10.0000 - Não incorporou nenhum dos planos acima [M03Q03930R01000] [9268]		Não	

8.A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) atende as determinações constantes na Lei de Responsabilidade Fiscal? [5708] M03Q04000

#	ID	Descrição	Valor de referência	Exige adicional	Texto padrão
1	9269	1.0000 - Sim [M03Q04000R00100] [9269]		Não	
2	9270	2.0000 - Não [M03Q04000R00200] [9270]		Não	

Opção (M03Q04000R00100) [1371] - exibido ao selecionar: 'Sim'

8.1.A LDO prevê remanejamento, a transferência e transposição orçamentária? [5709] M03Q04030

Orientações: Instrução: MANUAL DE PLANEJAMENTO PÚBLICO TCESP (2021): “O remanejamento é utilizado quando há necessidade de realocar recursos de um órgão para outro*. É o que acontece, por exemplo, quando uma reforma administrativa extingue determinada secretaria. Nesse caso, outra secretaria assume os programas e ações que estavam sob a responsabilidade do órgão extinto e, consequentemente, os recursos necessários para executá-los. Destaca-se que, nessa situação, não seria o caso de abertura de crédito adicional, pois os recursos e despesas associadas a esses programas e ações já estavam previstos na LOA. A transposição se refere à mudança entre categorias programáticas de um mesmo órgão orçamentário**. Isso acontece, por exemplo, quando a Administração entende que a compra de equipamentos médicos é mais urgente que a ampliação de um hospital. Nessa situação, os recursos que estavam destinados ao programa que previa a ampliação do hospital podem ser transpostos para outro que englobe a compra dos equipamentos, desde que ambos os programas de trabalho estejam no âmbito de um mesmo órgão. Trata-se, portanto, de uma repriorização de programas de trabalho. Já a transferência possibilita trocas entre categorias econômicas (corrente e capital), situadas na mesma Atividade, Projeto ou Operação Especial, existentes todas, por óbvio, no mesmo órgão orçamentário***. Assim, quando a Administração destina os recursos fixados para o custeio de atividades ordinárias (despesas correntes) para a realização de despesas como a construção de um prédio (despesas de capital), dentro de um mesmo órgão e programa, diz-se que houve uma transferência. É o caso de uma secretaria de educação que tenha programa de trabalho prevendo a realização de despesas com a manutenção de escolas (despesas correntes) e aquisição de computadores para a rede de ensino (despesas de capital). Caso a parte dos recursos destinados à manutenção de escolas seja realocada para aquisição de computadores, diz-se que houve uma transferência”. * TOLEDO JR., F. C. Transposição, Remanejamento e Transferência Orçamentária. Possibilidade de autorização na lei de diretrizes orçamentárias (LDO). Disponível em: https://www4.tce.sp.gov.br/sites/tcesp/files/downloads/20140425-artigo_transposicoes.pdf.

#	ID	Descrição	Valor de referência	Exige adicional	Texto padrão
1	9271	1.0000 - Sim [M03Q04030R00100] [9271]		Não	
2	9272	2.0000 - Não [M03Q04030R00200] [9272]		Não	

Opção (M03Q04030R00100) [1372] - exibido ao selecionar: 'Sim'

8.1.1.Qual o percentual do remanejamento, transferência e transposição orçamentária previsto na LDO? [5710] M03Q04040R00100

8.1.2.As alterações orçamentárias decorrentes de remanejamento, transposição e transferência podem ser realizadas por decreto? [5711] M03Q02100

#	ID	Descrição	Valor de referência	Exige adicional	Texto padrão
1	9273	1.0000 - Sim [M03Q02100R00100] [9273]		Não	

#	ID	Descrição	Valor de referência	Exige adicional	Texto padrão
2	9274	2.0000 - Não [M03Q02100R00200] [9274]		Não	

Opção (M03Q02100R00100) [1373] - exibido ao selecionar: 'Sim'

8.1.2.1. Assinale a classificação funcional da despesa, objeto de alterações orçamentárias decorrentes de remanejamento, transposição e transferências realizadas por decreto: [5712] M03Q02120

Orientações: Instrução: PORTARIA Nº 42, DE 14 DE ABRIL DE 1999. Art. 1º, § 1º Como função, deve-se entender o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público. Segundo o MTO (2020) a função reflete a competência institucional do órgão, como, por exemplo, cultura, educação, saúde, defesa, que guarda relação com os respectivos Ministérios. Há situações em que o órgão pode ter mais de uma função típica, considerando-se que suas competências institucionais podem envolver mais de uma área de despesa. Nesses casos, deve ser selecionada, entre as competências institucionais, aquela que está mais relacionada com a ação.

#	ID	Descrição	Valor de referência	Exige adicional	Texto padrão
1	9275	1.0000 - 10 - Saúde [M03Q02120R00500] [9275]		Não	
2	9276	2.0000 - 12 - Educação [M03Q02120R00600] [9276]		Não	
3	9277	3.0000 - 17 - Saneamento [M03Q02120R00700] [9277]		Não	
4	9278	4.0000 - 19 - Ciência e Tecnologia [M03Q02120R00800] [9278]		Não	
5	9279	5.0000 - 26 - Transporte [M03Q02120R00900] [9279]		Não	
6	9280	6.0000 - Outras [M03Q02120R00400] [9280]		Não	

9.O Anexo de Metas Fiscais integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), nos termos exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal? [5713] M03Q04100

Orientações: Instrução: Segundo o Manual de Demonstrativos Fiscais (2021, p. 60) as Metas Fiscais: "Metas Fiscais Representam os resultados a serem alcançados para variáveis fiscais visando atingir os objetivos desejados pelo ente da Federação quanto à trajetória de endividamento no médio prazo. Pelo princípio da gestão fiscal responsável, as metas representam a conexão entre o planejamento, a elaboração e a execução do orçamento. Esses parâmetros indicam os rumos da condução da política fiscal para os próximos exercícios e servem de indicadores para a promoção da limitação de empenho e de movimentação financeira". - Anexo de Metas Fiscais consiste no documento ao qual serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes. O Anexo das Metas Fiscais compreenderá: - Previsão trienal da Receita, da Despesa, e dos Resultados Primário e Nominal. Tendo em mira que os Municípios padecem da Dívida de Curto Prazo, composta, em imensa maioria, por Restos a Pagar sem cobertura financeira, sob tal cenário, este Tribunal de Contas solicita previsão, na LDO, de Meta de Resultado Bruto de Execução Orçamentária, conquanto os resultados Primário e Nominal não solvem aquela dívida de Restos a Pagar (Comunicado SDG nº 29/2010); - Previsão Trienal de Evolução da Dívida Pública; neste caso, serão consideradas a Dívida Flutuante

(Curto Prazo) e a Dívida Consolidada (Longo Prazo); - Avaliação do cumprimento das metas do ano anterior; - Evolução do Patrimônio Líquido; - Avaliação financeira e atuarial dos Regimes Próprios de Previdência; e - Estimativa de compensação da renúncia de receitas e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado. Art. 4º, § 1º e 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

#	ID	Descrição	Valor de referência	Exige adicional	Texto padrão
1	9281	1.0000 - Sim [M03Q04100R00100] [9281]		Não	
2	9282	2.0000 - Não [M03Q04100R00200] [9282]		Não	

Opção (M03Q04100R00100) [1374] - exibido ao selecionar: 'Sim'

9.1. Informe a página eletrônica (link na internet) de divulgação do Anexo de Metas Fiscais: [5714] M03Q04130R00100

Orientações: Diretriz: Se não estiver disponível na internet, inserir no campo *Página eletrônica (link na internet)* o texto XYZ

9.2. O Anexo de Metas Fiscais foi elaborado em conformidade com o Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN? [5715] M03Q04120

Orientações: Diretriz: art. 50, §2º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

#	ID	Descrição	Valor de referência	Exige adicional	Texto padrão
1	9283	1.0000 - Sim [M03Q04120R00100] [9283]		Não	
2	9284	2.0000 - Não [M03Q04120R00200] [9284]		Não	

10. O Anexo de Riscos Fiscais integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), nos termos exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal? [5716] M03Q04200

Orientações: Instrução: Anexo de Riscos Fiscais, como parte da gestão de riscos fiscais no setor público, é o documento que identifica e estima os riscos fiscais, além de informar sobre as opções estrategicamente escolhidas para enfrentar os riscos.

#	ID	Descrição	Valor de referência	Exige adicional	Texto padrão
1	9285	1.0000 - Sim [M03Q04200R00100] [9285]		Não	
2	9286	2.0000 - Não [M03Q04200R00200] [9286]		Não	

Opção (M03Q04200R00100) [1375] - exibido ao selecionar: 'Sim'

10.1. Informe a página eletrônica (link na internet) de divulgação do Anexo de Riscos Fiscais: [5717] M03Q04230R00100

Orientações: Diretriz: Se não estiver disponível na internet, inserir no campo *Página eletrônica (link na internet)* o texto XYZ

10.2. O Anexo de Riscos Fiscais foi elaborado em conformidade com o Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN? [5718] M03Q04220

Orientações: Diretriz: art. 50, §2º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

#	ID	Descrição	Valor de referência	Exige adicional	Texto padrão
1	9287	1.0000 - Sim [M03Q04220R00100] [9287]		Não	
2	9288	2.0000 - Não [M03Q04220R00200] [9288]		Não	

11. A Lei Orçamentária Anual (LOA) foi elaborada de forma compatível com o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)? [5719] M03Q04300

#	ID	Descrição	Valor de referência	Exige adicional	Texto padrão
1	9289	1.0000 - Sim [M03Q04300R00100] [9289]		Não	
2	9290	2.0000 - Não [M03Q04300R00200] [9290]		Não	

Opção (M03Q04300R00100) [1376] - exibido ao selecionar: 'Sim'

11.1. Assinale os itens capazes de atestar a compatibilidade entre a LOA, PPA e LDO: [5720] M03Q04310

#	ID	Descrição	Valor de referência	Exige adicional	Texto padrão
---	----	-----------	---------------------	-----------------	--------------

#	ID	Descrição	Valor de referência	Exige adicional	Texto padrão
1	9291	1.0000 - Programas constantes do PPA constam na LOA [M03Q04310R00100] [9291]		Não	
2	9292	2.0000 - Programas e ações constantes da LDO constam da LOA [M03Q04310R00200] [9292]		Não	
3	9293	3.0000 - As receitas e despesas da LOA são compatíveis com o Resultado Primário da LDO, incluindo, no máximo, a variação da inflação do interregno temporal dos referidos projetos de lei [M03Q04310R00300] [9293]		Não	
4	9294	4.0000 - O Resultado Nominal constante da LDO consta da LOA, com variação de no máximo a variação da inflação do interregno temporal dos referidos projetos de lei [M03Q04310R00400] [9294]		Não	
5	9295	5.0000 - A estimativa de renúncia fiscal prevista na LDO coincide com o estimado na LOA com variação limitada à variação da inflação [M03Q04310R00500] [9295]		Não	
6	9296	6.0000 - A estimativa de receita e respectivos critérios presentes na LOA são compatíveis com os previstos na LDO em relação à receita de IPTU [M03Q04310R00600] [9296]		Não	
7	9297	7.0000 - A estimativa de receita e respectivos critérios presentes na LOA são compatíveis com os previstos na LDO em relação à receita de ISSQN [M03Q04310R00700] [9297]		Não	
8	9298	8.0000 - A estimativa de receita e respectivos critérios presentes na LOA são compatíveis com os previstos na LDO em relação à receita de ITBI [M03Q04310R00800] [9298]		Não	
9	9299	9.0000 - Os investimentos, parte das despesas de capital, previstas no PPA e LDO são compatíveis com as previsões da LOA [M03Q04310R00900] [9299]		Não	

12. Na Lei Orçamentária Anual (LOA), há previsão para abertura de créditos adicionais por decreto? [5721] M03Q02000

#	ID	Descrição	Valor de referência	Exige adicional	Texto padrão
1	9300	1.0000 - Sim [M03Q02000R00100] [9300]		Não	
2	9301	2.0000 - Não [M03Q02000R00200] [9301]		Não	

Opção (M03Q02000R00100) [1377] - exibido ao selecionar: 'Sim'

12.1. Qual o percentual autorizado na Lei Orçamentária Anual (LOA) para abertura de crédito adicional suplementar? [5722] M03Q02010R00100

Estrutura [1378]

13. Há estrutura administrativa voltada para planejamento? [5723] M03Q00700

Orientações: Instrução: Estrutura administrativa é traduzida no quesito como o “órgão autônomo” incumbido da atividade de elaboração, acompanhamento e avaliação do planejamento do Poder Executivo Municipal e prover a orientação e consolidação das demais peças encaminhadas pelo Poder Legislativo e demais órgãos, sendo dotado de autonomia para o desempenho da atividade e estabelecimento através de lei, possibilitando a delimitação das atribuições desempenhadas. Órgão autônomo são aqueles localizados na cúpula da administração, subordinados diretamente à chefia dos órgãos independentes; gozam de autonomia administrativa, financeira e técnica e participam das decisões governamentais. Ex.: Secretarias Municipais, Diretorias, Coordenadorias e Departamentos. (Di Pietro, 2016, p. 648 apud Meirelles, 2003, p.71)

#	ID	Descrição	Valor de referência	Exige adicional	Texto padrão
1	9302	1.0000 - Sim [M03Q00700R00100] [9302]		Não	
2	9303	2.0000 - Não [M03Q00700R00200] [9303]		Não	

Opção (M03Q00700R00100) [1379] - exibido ao selecionar: 'Sim'

13.1.A prefeitura dispõe de recursos humanos para operacionalização das atividades de planejamento? [5724] M03Q00710

Orientações: Instrução: Considerar como Recursos Humanos os servidores públicos em sentido amplo (servidores ocupantes de cargo efetivo ou comissionados, empregados públicos (em virtude da EC 19/1998 e ADIN nº 2135-4) ou terceirizados).

#	ID	Descrição	Valor de referência	Exige adicional	Texto padrão
1	9304	1.0000 - Sim [M03Q00710R00100] [9304]		Não	
2	9305	2.0000 - Não [M03Q00710R00200] [9305]		Não	

Opção (M03Q00710R00100) [1380] - exibido ao selecionar: 'Sim'

13.1.1.Os servidores da equipe de planejamento possuem qualificação técnica para o exercício das atividades de planejamento, gestão e orçamento? [5725] M03Q00711

Orientações: Instrução: A questão engloba o conceito de servidores públicos em sentido amplo comportando os servidores públicos (ocupantes de cargo efetivo ou comissionados), empregados públicos (em virtude da EC 19/1998 e ADIN nº 2135-4) ou terceirizados.

#	ID	Descrição	Valor de referência	Exige adicional	Texto padrão
1	9306	1.0000 - Sim, todos os servidores possuem qualificação técnica [M03Q00711R00100] [9306]		Não	
2	9307	2.0000 - Sim, a maior parte dos servidores possuem qualificação técnica [M03Q00711R00300] [9307]		Não	
3	9308	3.0000 - Sim, a menor parte dos servidores possuem qualificação técnica [M03Q00711R00400] [9308]		Não	
4	9309	4.0000 - Não [M03Q00711R00200] [9309]		Não	

13.1.2. Os servidores responsáveis pelo planejamento recebem treinamento específico para a matéria? [5726] M03Q00900

Orientações: Instrução: Considerar o oferecimento ou direcionamento, por parte da Prefeitura Municipal, para realização de cursos de curta duração; Obs.: caso a Prefeitura Municipal não possua condições de promover treinamento poderá indicar aos servidores cursos, que podem ser realizados em outras instituições. Entretanto, é recomendável a inclusão de condicionantes referentes ao Aperfeiçoamento Profissional como mecanismo para alcançar a progressão e promoção funcional nos Planos de Cargos e Salários dos Servidores, deve modo o servidor será incentivado a buscar a atualização profissional. É importante frisar que a mera inclusão de condicionantes não será considerada no quesito, mas a realização de cursos pelo servidor. Obs.: O Tribunal de Contas do Estado oferece cursos gratuitos ao público externo; a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) oferece cursos de curta duração e certificações em determinadas áreas; o Senado Federal através da Escola de Governo entre outras instituições. Além disso, os cursos oferecidos na forma de ensino a distância. Diretriz: Treinamento periódico pelo menos 1 vez ao ano

#	ID	Descrição	Valor de referência	Exige adicional	Texto padrão
1	9310	1.0000 - Sim [M03Q00900R00100] [9310]		Não	
2	9311	2.0000 - Não [M03Q00900R00200] [9311]		Não	

13.2. Assinale os recursos disponibilizados para a operacionalização das atividades de planejamento: [5727] M03Q00723

Orientações: Instrução: Neste quesito, não considerar Recursos humanos (funcionários efetivos ou terceirizados), que já foi abordado em quesito anterior.

#	ID	Descrição	Valor de referência	Exige adicional	Texto padrão
1	9312	1.0000 - Recursos Tecnológicos [M03Q00723R00800] [9312]		Não	
2	9313	2.0000 - Estrutura Física [M03Q00723R00200] [9313]		Não	
3	9314	3.0000 - Recursos Orçamentários [M03Q00723R00500] [9314]		Não	

#	ID	Descrição	Valor de referência	Exige adicional	Texto padrão
4	9315	4.0000 - Recursos Materiais [M03Q00723R00600] [9315]		Não	
5	9316	5.0000 - Outros [M03Q00723R00700] [9316]		Não	

Opção (M03Q00723R00800) [1381] - exibido ao selecionar: 'Recursos Tecnológicos'

13.2.1.Houve a utilização de sistema informatizado para auxiliar na elaboração do planejamento? [5728] M03Q01310

Orientações: Diretriz: Sistema multiusuário (os órgãos e entidades o alimentam e a unidade central de planejamento valida e consolida).

#	ID	Descrição	Valor de referência	Exige adicional	Texto padrão
1	9317	1.0000 - Sim, com sistema multiusuário [M03Q01310R00100] [9317]		Não	
2	9318	2.0000 - Sim, mas o sistema não é multiusuário [M03Q01310R00300] [9318]		Não	
3	9319	3.0000 - Não possui sistema informatizado [M03Q01310R00200] [9319]		Não	

Controle e Avaliação [1382]

14.Há acompanhamento da execução do planejamento? [5729] M03Q02500

Orientações: Instrução: O acompanhamento é sinônimo de monitoramento, enquanto a avaliação é a utilização das informações coletadas para tomada de decisão, quanto a manutenção das atividades desempenhas ou correção de rumos.

#	ID	Descrição	Valor de referência	Exige adicional	Texto padrão
1	9320	1.0000 - Sim [M03Q02500R00100] [9320]		Não	
2	9321	2.0000 - Não [M03Q02500R00200] [9321]		Não	

Opção (M03Q02500R00100) [1383] - exibido ao selecionar: 'Sim'

14.1.A prefeitura demonstra e avalia, com periodicidade quadrimestral, o cumprimento das metas fiscais em audiências públicas? [5730] M03Q02550

Orientações: Diretriz: Art. 9º, § 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

#	ID	Descrição	Valor de referência	Exige adicional	Texto padrão
1	9322	1.0000 - Realizou Audiência pública do 1º Quadrimestre até o final do mês de maio de 2023 [M03Q02550R00300] [9322]		Não	
2	9323	2.0000 - Realizou Audiência pública do 2º Quadrimestre até o final do mês de setembro de 2023 [M03Q02550R00400] [9323]		Não	
3	9324	3.0000 - Realizou Audiência pública do 3º Quadrimestre até o final do mês de fevereiro de 2024 [M03Q02550R00500] [9324]		Não	
4	9325	4.0000 - Não realizou audiência pública quadrimestral dentro de prazo ou Não realizou nenhuma audiência pública quadrimestral na Câmara Municipal [M03Q02550R00200] [9325]		Não	

14.2.Houve acompanhamento periódico da execução orçamentária com participação do Prefeito? [5731] M03Q02590

Orientações: Instrução: Considerar o acompanhamento da execução orçamentária realizado através de painéis, relatórios, ferramentas de controle, reuniões etc.

#	ID	Descrição	Valor de referência	Exige adicional	Texto padrão
1	9326	1.0000 - Sim [M03Q02590R00100] [9326]		Não	
2	9327	2.0000 - Não [M03Q02590R00200] [9327]		Não	

14.3.O acompanhamento e avaliação da execução orçamentária serve de retroalimentação para o replanejamento dos programas e metas das peças orçamentárias? [5732] M03Q02540

#	ID	Descrição	Valor de referência	Exige adicional	Texto padrão
1	9328	1.0000 - Sim, com emissão de relatórios para o prefeito [M03Q02540R00100] [9328]		Não	
2	9329	2.0000 - Sim, sem formalização para o prefeito [M03Q02540R00200] [9329]		Não	
3	9330	3.0000 - Não [M03Q02540R00300] [9330]		Não	

15.Houve a instituição e regulamentação das operações do Sistema de Controle Interno? [5733] M03Q03000

Orientações: Instrução: Na regulamentação do Sistema de Controle Interno é recomendável a previsão relacionada: as incumbências desse órgão; o perfil e o processo de escolha dos controladores internos; hipóteses de incompatibilidade ou impedimentos, por exemplo, Súmula Vinculante 13; os deveres e as garantias funcionais para o exercício da atividade desses servidores, o quais não poderão ser transferidos ou ter seu trabalho impedido por agente político etc.

#	ID	Descrição	Valor de referência	Exige adicional	Texto padrão
1	9331	1.0000 - Sim [M03Q03000R00100] [9331]		Não	
2	9332	2.0000 - Não [M03Q03000R00200] [9332]		Não	

Opção (M03Q03000R00100) [1384] - exibido ao selecionar: 'Sim'

15.1.Página eletrônica (link na internet) de divulgação do instrumento de regulamentação do sistema de controle interno: [5734] M03Q03021R00100

Orientações: Diretriz: Se não estiver disponível na internet, inserir no campo *Página eletrônica (link na internet)* o texto XYZ.

15.2.O Sistema de Controle Interno no Município possui atribuições formalmente definidas e regulamentadas, que atendam às determinações da Constituição Federal e Lei de Responsabilidade Fiscal? [5735] M03Q03060

Orientações: Instrução: - Avaliar o cumprimento das metas físicas e financeiras dos planos orçamentários, bem como a eficiência de seus resultados; - Comprovar a legalidade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial; - Comprovar a legalidade dos repasses a entidades do terceiro setor, avaliando a eficácia e a eficiência dos resultados alcançados; - Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município; - Em conjunto com autoridades da Administração Financeira do Município, assinar o Relatório de Gestão Fiscal; - Atestar a regularidade da tomada de contas dos ordenadores de despesa, recebedores, tesoureiros, pagadores ou assemelhados; - Apoiar o Tribunal de Contas no exercício de sua missão institucional - Comprovar a eficácia e a eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial (art. 74, II, da CF). Exemplo: a construção do posto de saúde está de acordo com o cronograma físico-financeiro? Tal projeto era a solução mais econômica para enfrentar o problema de saúde naquela região do município? - Atentar se as metas de superávit orçamentário, primário e nominal devem ser cumpridas (art. 59, I, da LRF). Exemplo: ante uma considerável dívida líquida de curto prazo (déficit financeiro), a marcha orçamentária sinaliza um superávit orçamentário para o exercício em curso? Fez o Tribunal de Contas recomendação para que tal acontecesse? - Observar se as operações de créditos se sujeitam aos limites e condições das Resoluções 40 e 43/2001, do Senado (art. 59, II, da LRF). - Verificar se os empréstimos e financiamentos vêm sendo pagos tal qual previsto nos respectivos contratos (art. 59, II, da LRF). - Analisar se as despesas dos oito últimos meses do mandato têm cobertura financeira, o que evita, relativamente a esse período, transferência de descobertos Restos a Pagar para o próximo gestor

político (art. 59, II, da LRF). - Verificar se está sendo providenciada a recondução da despesa de pessoal e da dívida consolidada a seus limites fiscais (art. 59, III e IV, da LRF). - Comprovar se os recursos da alienação de ativos estão sendo despendidos em gastos de capital e, não, em despesas correntes; isso, a menos que lei municipal permita destinação para o regime próprio de aposentadorias e pensões dos servidores (art. 59, VI, cc art. 44, ambos da LRF). - Constatar se está sendo satisfeito o limite para gastos totais das Câmaras Municipais (art. 59, VI, da LRF). À vista do porte populacional do município, as Edilidades podem gastar entre 3,5% a 7,0% da receita tributária ampliada do ano anterior (art. 29-A da Constituição). - Verificar a fidelidade funcional dos responsáveis por bens e valores públicos (art. 75, II da Lei 4.320, de 1964). Exemplo: a comprovação do adiantamento foi regularmente feita pelo servidor responsável? Não foram desviados dinheiros da Tesouraria ou bens de consumo do Almoxarifado?

#	ID	Descrição	Valor de referência	Exige adicional	Texto padrão
1	9333	1.0000 - Sim [M03Q03060R00100] [9333]		Não	
2	9334	2.0000 - Não [M03Q03060R00200] [9334]		Não	

Opção (M03Q03060R00100) [1385] - exibido ao selecionar: 'Sim'

**15.2.1. Assinale as funções constitucionais e legais atribuídas ao sistema controle interno: [5736]
M03Q03061**

Orientações: Instrução: - Avaliar o cumprimento das metas físicas e financeiras dos planos orçamentários, bem como a eficiência de seus resultados; - Comprovar a legalidade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial; - Comprovar a legalidade dos repasses a entidades do terceiro setor, avaliando a eficácia e a eficiência dos resultados alcançados; - Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município; - Em conjunto com autoridades da Administração Financeira do Município, assinar o Relatório de Gestão Fiscal; - Atestar a regularidade da tomada de contas dos ordenadores de despesa, recebedores, tesoureiros, pagadores ou assemelhados; - Apoiar o Tribunal de Contas no exercício de sua missão institucional - Comprovar a eficácia e a eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial (art. 74, II, da CF). Exemplo: a construção do posto de saúde está de acordo com o cronograma físico-financeiro? Tal projeto era a solução mais econômica para enfrentar o problema de saúde naquela região do município? - Atentar se as metas de superávit orçamentário, primário e nominal devem ser cumpridas (art. 59, I, da LRF). Exemplo: ante uma considerável dívida líquida de curto prazo (déficit financeiro), a marcha orçamentária sinaliza um superávit orçamentário para o exercício em curso? Fez o Tribunal de Contas recomendação para que tal acontecesse? - Observar se as operações de créditos se sujeitam aos limites e condições das Resoluções 40 e 43/2001, do Senado (art. 59, II, da LRF). - Verificar se os empréstimos e financiamentos vêm sendo pagos tal qual previsto nos respectivos contratos (art. 59, II, da LRF). - Analisar se as despesas dos oito últimos meses do mandato têm cobertura financeira, o que evita, relativamente a esse período, transferência de descobertos Restos a Pagar para o próximo gestor político (art. 59, II, da LRF). - Verificar se está sendo providenciada a recondução da despesa de pessoal e da dívida consolidada a seus limites fiscais (art. 59, III e IV, da LRF). - Comprovar se os recursos da alienação de ativos estão sendo despendidos em gastos de capital e, não, em despesas correntes; isso, a menos que lei municipal permita destinação para o regime próprio de aposentadorias e pensões dos servidores (art. 59, VI, cc art. 44, ambos da LRF). - Constatar se está sendo satisfeito o limite para gastos totais das Câmaras Municipais (art. 59, VI, da LRF). À vista do porte populacional do município, as Edilidades podem gastar entre 3,5% a 7,0% da receita tributária ampliada do ano anterior (art. 29-A da Constituição). - Verificar a fidelidade funcional dos responsáveis por bens e valores públicos (art. 75, II da Lei 4.320, de 1964). Exemplo: a comprovação do adiantamento foi regularmente feita pelo servidor responsável? Não foram desviados dinheiros da Tesouraria ou bens de consumo do Almoxarifado?

#	ID	Descrição	Valor de referência	Exige adicional	Texto padrão
1	9335	1.0000 - Avaliar o cumprimento das metas físicas e financeiras dos planos orçamentários, bem como a eficiência de seus resultados [M03Q03061R00100] [9335]		Não	
2	9336	2.0000 - Comprovar a legalidade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial [M03Q03061R00200] [9336]		Não	
3	9337	3.0000 - Comprovar a legalidade dos repasses a entidades do terceiro setor, avaliando a eficácia e a eficiência dos resultados alcançados [M03Q03061R00300] [9337]		Não	
4	9338	4.0000 - Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município [M03Q03061R00400] [9338]		Não	
5	9339	5.0000 - Em conjunto com autoridades da Administração Financeira do Município, assinar o Relatório de Gestão Fiscal [M03Q03061R00500] [9339]		Não	
6	9340	6.0000 - Atestar a regularidade da tomada de contas dos ordenadores de despesa, recebedores, tesoureiros, pagadores ou assemelhados [M03Q03061R00600] [9340]		Não	
7	9341	7.0000 - Apoiar o Tribunal de Contas no exercício de sua missão institucional [M03Q03061R00700] [9341]		Não	
8	9342	8.0000 - Comprovar a eficácia e a eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial [M03Q03061R00800] [9342]		Não	
9	9343	9.0000 - Acompanhar as metas de superávit orçamentário, primário e nominal [M03Q03061R00900] [9343]		Não	
10	9344	10.0000 - Observar se as operações de créditos sujeitam-se aos limites e condições das Resoluções 40 e 43/2001, do Senado [M03Q03061R01000] [9344]		Não	
11	9345	11.0000 - Verificar se os empréstimos e financiamentos vêm sendo pagos tal qual previsto nos respectivos contratos [M03Q03061R01100] [9345]		Não	
12	9346	12.0000 - Verificar se está sendo providenciada a recondução da despesa de pessoal e da dívida consolidada a seus limites fiscais [M03Q03061R01300] [9346]		Não	
13	9347	13.0000 - Comprovar se os recursos da alienação de ativos estão sendo despendidos em gastos de capital e, não, em despesas correntes [M03Q03061R01400] [9347]		Não	
14	9348	14.0000 - Constatar se está sendo satisfeito o limite para gastos totais das Câmaras Municipais [M03Q03061R01500] [9348]		Não	
15	9349	15.0000 - Verificar a fidelidade funcional dos responsáveis por bens e valores públicos [M03Q03061R01600] [9349]		Não	

15.3.A prefeitura dispõe de recursos humanos para operacionalização das atividades do sistema de controle interno? [5737] M03Q03070

Orientações: Instrução: Considerar como Recursos Humanos os servidores públicos em sentido amplo (servidores ocupantes de cargo efetivo ou comissionados; empregados públicos, em virtude da EC 19/1998 e ADIN nº 2135-4; ou terceirizados).

#	ID	Descrição	Valor de referência	Exige adicional	Texto padrão
1	9350	1.0000 - Sim [M03Q03070R00100] [9350]		Não	
2	9351	2.0000 - Não [M03Q03070R00200] [9351]		Não	

Opção (M03Q03070R00100) [1386] - exibido ao selecionar: 'Sim'

15.3.1.O responsável pela Unidade Central de Controle Interno (UCCI) ocupa cargo efetivo na Administração Municipal? [5738] M03Q03077

Orientações: Instrução: A unidade central de controle interno, por seu turno, é a unidade administrativa responsável por centralizar informações e checar, de forma articulada e integrada, a eficiência de todos aqueles controles setoriais, sob estruturação apresentada em lei local. A unidade (central) de controle interno da organização é parte da gestão do sistema ou da estrutura de controle interno da própria entidade. Seu papel é assessorar os gestores, auxiliando-os na identificação de riscos e propondo estratégias para mitigá-los. Diretriz: Responsável = controlador interno ou controlador geral

#	ID	Descrição	Valor de referência	Exige adicional	Texto padrão
1	9352	1.0000 - Sim [M03Q03077R00100] [9352]		Não	
2	9353	2.0000 - Não [M03Q03077R00200] [9353]		Não	

15.3.2.Há disponibilização de programas de treinamento aos quadros funcionais do Sistema Controle Interno? [5739] M03Q03071

Orientações: Instrução: Considerar o oferecimento ou direcionamento, por parte da Prefeitura Municipal, para realização de cursos de curta duração; Obs.: caso a Prefeitura Municipal não possua condições de promover treinamento poderá indicar aos servidores cursos, que podem ser realizados em outras instituições. Entretanto, é recomendável a inclusão de condicionantes referentes ao Aperfeiçoamento Profissional como mecanismo para alcançar a progressão e promoção funcional nos Planos de Cargos e Salários dos Servidores, deve modo o servidor será incentivado a buscar a atualização profissional. É importante frisar que a mera inclusão de condicionantes não será considerada no quesito, mas a realização de cursos pelo servidor. Obs.: O Tribunal de Contas do Estado oferece cursos gratuitos ao público externo; a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) oferece cursos de curta duração e certificações em determinadas áreas; o Senado Federal através da Escola de Governo entre outras instituições. Além disso, os cursos oferecidos na forma de ensino a distância. Diretriz: Treinamento periódico pelo menos 1 vez ao ano

#	ID	Descrição	Valor de referência	Exige adicional	Texto padrão
1	9354	1.0000 - Sim [M03Q03071R00100] [9354]		Não	
2	9355	2.0000 - Não [M03Q03071R00200] [9355]		Não	

15.3.3.A Unidade Central de Controle Interno (UCCI) possui autonomia e independência para o exercício de suas funções? [5740] M03Q03073

#	ID	Descrição	Valor de referência	Exige adicional	Texto padrão
1	9356	1.0000 - Sim [M03Q03073R00100] [9356]		Não	
2	9357	2.0000 - Não [M03Q03073R00200] [9357]		Não	

Opção (M03Q03073R00100) [1387] - exibido ao selecionar: 'Sim'

15.3.3.1.A estrutura organizacional da Unidade Central de Controle Interno (UCCI) está associada ou subordinada a qual secretaria/diretoria? [5741] M03Q03082

#	ID	Descrição	Valor de referência	Exige adicional	Texto padrão
1	9358	1.0000 - Administração [M03Q03082R00100] [9358]		Não	
2	9359	2.0000 - Finanças/Fazenda [M03Q03082R00200] [9359]		Não	
3	9360	3.0000 - Planejamento/Orçamento/Gestão [M03Q03082R00300] [9360]		Não	
4	9361	4.0000 - Gabinete do Prefeito [M03Q03082R00400] [9361]		Não	
5	9362	5.0000 - Outra [M03Q03082R00500] [9362]		Não	

15.3.4.O responsável pela Unidade Central de Controle Interno (UCCI) apresentou relatórios periódicos que demonstram efetivo exercício de suas atribuições? [5742] M03Q03075

Orientações: Instrução: Segundo o TCESP (2019): “A unidade central de controle interno, por seu turno, e a unidade administrativa responsável por centralizar informações e checar, de forma articulada e integrada, a eficiência de todos aqueles controles setoriais, sob estruturação apresentada em lei local”. Fonte: Manual de Controle Interno do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. A periodicidade de elaboração consiste no estabelecimento de intervalo mínimo, em função das circunstâncias internas e externas, para a confecção dos referidos relatórios.

#	ID	Descrição	Valor de referência	Exige adicional	Texto padrão
1	9363	1.0000 - Sim [M03Q03075R00100] [9363]		Não	
2	9364	2.0000 - Não [M03Q03075R00200] [9364]		Não	

Opção (M03Q03075R00100) [1388] - exibido ao selecionar: 'Sim'

15.3.4.1.Com base no relatório do Controle Interno, o Prefeito determinou as providências cabíveis diante das irregularidades e ilegalidades apontadas? [5743] M03Q00110

#	ID	Descrição	Valor de referência	Exige adicional	Texto padrão
1	9365	1.0000 - Não foram relatadas irregularidades [M03Q00110R00400] [9365]		Não	
2	9366	2.0000 - Não [M03Q00110R00300] [9366]		Não	
3	9367	3.0000 - Sim [9367]		Não	

Opção (SIM) [1389] - exibido ao selecionar: 'Sim'

15.3.4.1.1.Detalhe o SIM informado anteriormente: [5782]

#	ID	Descrição	Valor de referência	Exige adicional	Texto padrão
1	9413	1.0000 - Sim - de todos os apontamentos [M03Q00110R00100] [9413]		Não	
2	9414	2.0000 - Sim - de parte dos apontamentos [M03Q00110R00200] [9414]		Não	

15.3.4.1.2.O Controle Interno acompanhou as medidas e os prazos das providências determinadas pelo Prefeito diante dos apontamentos do relatório do Controle Interno? [5744] M03Q00111

#	ID	Descrição	Valor de referência	Exige adicional	Texto padrão
1	9368	1.0000 - Sim - de todas as providências determinadas pelo Prefeito [M03Q00111R00400] [9368]		Não	
2	9369	2.0000 - Sim - de parte das providências determinadas pelo Prefeito [M03Q00111R00100] [9369]		Não	
3	9370	3.0000 - Não [M03Q00111R00200] [9370]		Não	

15.4.Assinale quais recursos o Sistema de Controle Interno dispõe para operacionalização de suas atividades: [5745] M03Q03080

Orientações: Instrução: Recursos Tecnológicos: acesso eletrônico à consulta de relatórios, software específico para as atividades do controle interno; Estrutura Física: sala para os funcionários; Recursos Orçamentários: orçamento para compra/troca de equipamentos ou softwares; e Recursos Materiais: materiais de escritório etc. Diretriz: Obs. Na opção outros não especificar os recursos humanos

#	ID	Descrição	Valor de referência	Exige adicional	Texto padrão
1	9371	1.0000 - Recursos Tecnológicos [M03Q03080R00100] [9371]		Não	
2	9372	2.0000 - Estrutura Física [M03Q03080R00200] [9372]		Não	

#	ID	Descrição	Valor de referência	Exige adicional	Texto padrão
3	9373	3.0000 - Recursos Orçamentários [M03Q03080R00300] [9373]		Não	
4	9374	4.0000 - Recursos Materiais [M03Q03080R00400] [9374]		Não	
5	9375	5.0000 - Outros [M03Q03080R00500] [9375]		Não	

16.Houve a criação da ouvidoria pública no âmbito do Poder Executivo Municipal? [5746] M03Q03300

Orientações: Instrução: Ouvidoria pública é a instância de controle e participação social responsável pelo tratamento das denúncias, reclamações, solicitações, elogios, sugestões e pedidos de simplificação relativos às políticas e aos serviços públicos, prestados sob qualquer forma ou regime, com vistas ao aprimoramento da gestão pública. Conceitos de manifestações ouvidas ou tratadas pelas ouvidorias, segunda a CGU (2019) : - Denúncia: Comunicação de prática de ato ilícito cuja solução dependa da atuação de órgão de controle interno ou externo. Exemplo: veículos da prefeitura sendo utilizados por servidores para levar filhos na escola; - Reclamação: Demonstração de insatisfação relativa a serviço público. Exemplo: falta de iluminação pública; - Solicitação: Requerimento de adoção de providência por parte da Administração. Deve conter, necessariamente, um requerimento de atendimento ou serviço, podendo se referir a uma solicitação material ou não. Exemplo: Pedido para tampar um buraco na rua; - Elogio: Demonstração, reconhecimento ou satisfação sobre o serviço oferecido ou atendimento recebido. Exemplo: Satisfação com o atendimento recebido em um posto de saúde; - Sugestão: Proposição de ideia ou formulação de proposta de aprimoramento de políticas e serviços prestados pela Administração Pública federal. Exemplo: Sugestão para divulgação dos horários de ônibus em quadros nos pontos de ônibus. - Pedido de Simplificação: Proposição de melhoria voltada a racionalização de exigências e de procedimentos na prestação de serviços pela Administração Pública, eliminando formalidades desnecessárias para as finalidades almejadas. Exemplo: sugestão de entrega de documentos via sistema informatizado para solicitar a emissão de uma certidão. É recomendável que o instrumento normativo estabeleça: - Competências da ouvidoria: receber e responder as manifestações (reclamações, críticas, elogios e denúncias), cobrar internamente as respostas demandadas pelo cidadão, oferecer canais de comunicação de fácil acesso para a população etc. - Forma de escolha do ouvidor (Ex.: eleição, lista tríplice ou indicação) e prazo do mandato, se for o caso. - Atribuições do cargo de ouvidor, no sentido de garantir autonomia na sua atuação e definir as normas gerais do cargo. - Estrutura da ouvidoria com definição das áreas internas, se houver, e a criação de cargos, se necessário, preferencialmente com a ouvidoria ficando vinculada à autoridade máxima do órgão ou entidade. - Indicações de canais de atendimento que serão utilizados e dos prazos a serem aplicados. É importante destacar que a escolha dos canais de atendimento depende do perfil dos cidadãos residentes no município e o perfil dos destinatários das políticas públicas em execução no município. Ex.: atendimento presencial, atendimento telefônico (definir quem irá pagar a conta da chamada telefônica) e atendimento via internet. Obs.: a Lei nº 13.460/17 determina que a ouvidoria deverá oferecer a decisão final ao usuário no prazo de 30 dias, prorrogável de forma justificada uma única vez, por igual período (art. 16).

#	ID	Descrição	Valor de referência	Exige adicional	Texto padrão
1	9376	1.0000 - Sim [M03Q03300R00100] [9376]		Não	
2	9377	2.0000 - Não [M03Q03300R00200] [9377]		Não	

Opção (M03Q03300R00100) [1390] - exibido ao selecionar: 'Sim'

16.1.Informe a página eletrônica (link na internet) de divulgação do instrumento normativo de

criação da Ouvidoria Pública: [5747] M03Q03321R00100

Orientações: Diretriz: Se não estiver disponível na internet, inserir no campo *Página eletrônica (link na internet)* o texto XYZ

16.2.Assinale quais recursos a ouvidoria dispõe para operacionalização de suas atividades: [5748] M03Q03351

Orientações: Instrução: Os recursos disponibilizados no quesito dizem respeito aos recursos humanos, tecnológicos, estrutura física, recursos materiais etc. - Recursos Humanos: equipe de trabalho (formada por servidores público em sentido amplo) ou servidor responsável pelo exercício das atividades de ouvidoria, no que tange ao atendimento dos cidadãos e atividades administrativas a serem desempenhas, por exemplo, controle de prazos, direcionamento das demandas (críticas, sugestões, elogios ou denúncias) ao setor responsável etc. - Recursos Tecnológicos: utilização de sistemas que possibilitem a inclusão de manifestações e o seu devido acompanhamento e gestão dos prazos, assim como a geração de um número de protocolo que será entregue ao cidadão para posterior acompanhamento. Ex.: software. - Estrutura Física: a disponibilização de sala individual para atendimento presencial, por exemplo. Trata-se de um espaço no qual o cidadão pode ter privacidade e segurança para expor suas demandas, sendo obedecidos os princípios da confidencialidade, neutralidade e independência. Obs. é importante que nesse espaço não haja utensílios que possam ser utilizados como arma para a segurança dos próprios servidores (Ex.: tesoura, copo ou garrafa de vidro, estilete etc.) - Recursos Materiais: materiais de escritório etc.

#	ID	Descrição	Valor de referência	Exige adicional	Texto padrão
1	9378	1.0000 - Recursos Humanos [M03Q03351R00100] [9378]		Não	
2	9379	2.0000 - Recursos Tecnológicos [M03Q03351R00200] [9379]		Não	
3	9380	3.0000 - Estrutura Física [M03Q03351R00300] [9380]		Não	
4	9381	4.0000 - Recursos Orçamentários [M03Q03351R00400] [9381]		Não	
5	9382	5.0000 - Recursos Materiais [M03Q03351R00500] [9382]		Não	
6	9383	6.0000 - Outros [M03Q03351R00600] [9383]		Não	

16.3.Assinale as características que a ouvidoria dispõe para a execução de suas atribuições: [5749] M03Q03360

Orientações: Instrução: Conceitos: - Independência: consiste na atuação independente, afastada de quaisquer ingerências ou constrangimentos tanto no que se refere à condução de suas demandas, quanto à discricionariedade de suas recomendações. - Isenção: consiste na atuação isenta, assegurada pela ponderação dos interesses envolvidos em uma demanda, sem prejuízo da tomada de posição sobre o conflito. - Acessibilidade: consiste na ampliação do acesso aos interessados, independentemente de sua condição socioeconômica, cultural e física, por meio de atendimento presencial, por telefone, carta, pela rede mundial de computadores, dentre outras formas de comunicação. - Transparência: consiste

em promover a abertura das bases de dados de modo a permitir a ampliação da transparência e fomentar o controle social. - Confidencialidade: consiste no atendimento às demandas, por meio de sistemas de informação seguros, a fim de impedir o vazamento de informações pessoais e retaliações e/ou constrangimentos aos usuários dos serviços de ouvidoria.

#	ID	Descrição	Valor de referência	Exige adicional	Texto padrão
1	9384	1.0000 - Independência [M03Q03360R00100] [9384]		Não	
2	9385	2.0000 - Isenção [M03Q03360R00200] [9385]		Não	
3	9386	3.0000 - Acessibilidade [M03Q03360R00300] [9386]		Não	
4	9387	4.0000 - Transparência [M03Q03360R00400] [9387]		Não	
5	9388	5.0000 - Confidencialidade [M03Q03360R00500] [9388]		Não	
6	9389	6.0000 - Outros [M03Q03360R00600] [9389]		Não	

16.4.A ouvidoria elaborou Relatório de Gestão do exercício de 2023 contendo a consolidação das manifestações encaminhadas pelos usuários de serviços públicos, e com base nelas, apontou falhas e sugeriu melhorias em sua prestação? [5750] M03Q03370

Orientações: Instrução: Conforme dispõe os Artigos 14 e 15 da Lei Federal nº 13.460/2017 - Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública. Art. 14. Com vistas à realização de seus objetivos, as ouvidorias deverão: I - receber, analisar e responder, por meio de mecanismos proativos e reativos, as manifestações encaminhadas por usuários de serviços públicos; e II - elaborar, anualmente, relatório de gestão, que deverá consolidar as informações mencionadas no inciso I, e, com base nelas, apontar falhas e sugerir melhorias na prestação de serviços públicos. Art. 15. O relatório de gestão de que trata o inciso II do caput do art. 14 deverá indicar, ao menos: I - o número de manifestações recebidas no ano anterior; II - os motivos das manifestações; III - a análise dos pontos recorrentes; e IV - as providências adotadas pela administração pública nas soluções apresentadas. Parágrafo único. O relatório de gestão será: I - encaminhado à autoridade máxima do órgão a que pertence a unidade de ouvidoria; e II - disponibilizado integralmente na internet.

#	ID	Descrição	Valor de referência	Exige adicional	Texto padrão
1	9390	1.0000 - Sim [M03Q03370R00100] [9390]		Não	
2	9391	2.0000 - Não [M03Q03370R00200] [9391]		Não	

Opção (M03Q03370R00100) [1391] - exibido ao selecionar: 'Sim'

16.4.1.Assinale as informações constantes nos relatórios gerenciais elaborados pela ouvidoria: [5751] M03Q03371

#	ID	Descrição	Valor de referência	Exige adicional	Texto padrão
---	----	-----------	---------------------	-----------------	--------------

#	ID	Descrição	Valor de referência	Exige adicional	Texto padrão
1	9392	1.0000 - Número de manifestações recebidas no exercício anterior [M03Q03371R00100] [9392]		Não	
2	9393	2.0000 - Motivos das Manifestações [M03Q03371R00200] [9393]		Não	
3	9394	3.0000 - Análise dos Pontos recorrentes [M03Q03371R00300] [9394]		Não	
4	9395	4.0000 - Providências adotadas pela administração pública nas soluções apresentadas [M03Q03371R00400] [9395]		Não	

16.4.2. Informe a página eletrônica (link na internet) de divulgação do Relatório de Gestão do exercício de 2023: [5752] M03Q03373R00100

Orientações: Instrução: Art. 15, parágrafo único, inciso ii. Lei Federal nº 13.460, de 26 de junho de 2017. Diretriz: Se não estiver disponível na internet, inserir no campo *Página eletrônica (link na internet)* o texto XYZ

17.A prefeitura elaborou a "Carta de Serviço ao Usuário", que trata dos serviços prestados pelos seus órgãos e entidades, as formas de acesso a esses serviços e seus compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público, conforme artigo 7º, §§ 2º e 3º, da Lei Federal nº 13.460/2017? [5753] M03Q04400

#	ID	Descrição	Valor de referência	Exige adicional	Texto padrão
1	9396	1.0000 - Sim [M03Q04400R00100] [9396]		Não	
2	9397	2.0000 - Não [M03Q04400R00200] [9397]		Não	

Opção (M03Q04400R00100) [1392] - exibido ao selecionar: 'Sim'

17.1. Informe a página eletrônica (link na internet) de divulgação da "Carta de Serviço ao Usuário": [5754] M03Q04413R00100

Orientações: Diretriz: Se não estiver disponível na internet, inserir no campo *Página eletrônica (link na internet)* o texto XYZ

17.2.A "Carta de Serviço ao Usuário" está atualizada? [5755] M03Q04414

#	ID	Descrição	Valor de referência	Exige adicional	Texto padrão
1	9398	1.0000 - Sim [M03Q04414R00100] [9398]		Não	

#	ID	Descrição	Valor de referência	Exige adicional	Texto padrão
2	9399	2.0000 - Não [M03Q04414R00200] [9399]		Não	

17.3.A prefeitura regulamentou a operacionalização da Carta de Serviços ao Usuário, conforme o artigo 7º, § 5º, da Lei Federal nº 13.460/2017? [5756] M03Q04420

#	ID	Descrição	Valor de referência	Exige adicional	Texto padrão
1	9400	1.0000 - Sim [M03Q04420R00100] [9400]		Não	
2	9401	2.0000 - Não [M03Q04420R00200] [9401]		Não	

18.A prefeitura regulamentou e instituiu o Conselho de Usuários, nos termos definidos nos artigos 18 a 21 da Lei Federal nº 13.460/2017? [5757] M03Q04500

#	ID	Descrição	Valor de referência	Exige adicional	Texto padrão
1	9402	1.0000 - Sim [M03Q04500R00100] [9402]		Não	
2	9403	2.0000 - Não [M03Q04500R00200] [9403]		Não	

19.O município elaborou Plano Diretor conforme Lei nº 10.257/01? [5758] M03Q01000

#	ID	Descrição	Valor de referência	Exige adicional	Texto padrão
1	9404	1.0000 - Sim [M03Q01000R00100] [9404]		Não	
2	9405	2.0000 - Não [M03Q01000R00200] [9405]		Não	
3	9406	3.0000 - Não se aplica [M03Q01000R00300] [9406]		Não	

Opção (M03Q01000R00100) [1393] - exibido ao selecionar: 'Sim'

19.1.Informe a data da última atualização do Plano Diretor: [5759] M03Q01040R00100

Controle e Avaliação [1396]

20.O planejamento da prefeitura, para o ano de 2023 foi estruturado através de programas, indicadores, metas e ações [5762] M03Q08000

#	ID	Descrição	Valor de referência	Exige adicional	Texto padrão
1	9409	1.0000 - Sim [M03Q08000R00100] [9409]		Não	
2	9410	2.0000 - Não [M03Q08000R00200] [9410]		Não	

Opção (M03Q08000R00100) [1397] - exibido ao selecionar: 'Sim'

20.1.Quantidade de Programas: [5763] M03Q08100R00100

Programas [1398] - repete o total respondido

20.1.1.Código do Programa [5764] CODPROG

20.1.2.Descrição do Programa [5765] DESPROG

20.1.3.Descrição Indicador [5766] DESINDI

20.1.4.Unidade Medida [5767] UNIDMED

20.1.5.Valor Estimado do Indicador [5768] VLRESTI

20.1.6.Valor Alcançado do Indicador [5769] VLRALCA

20.1.7.Ações [5770] QTDACOES

Ações [1399] - repete o total respondido

20.1.7.1.Código da Ação [5771] CODACAO

20.1.7.2.Descrição [5772] DESCACAO

20.1.7.3.Descrição da Meta [5773] DESCMETA

20.1.7.4.UNIDADE_MEDIDA [5774] UNIDACAO

20.1.7.5.Meta Física Estimada [5775] MEFIACAO

20.1.7.6.Meta Física Alcançada [5776] MEFIALACAO

20.1.7.7.Dotação Final [5777] DOTFINALACAO

20.1.7.8.VALOR LIQUIDADO [5778] VLRLIQUID

21.Informe o valor total da dotação inicial autorizada pela Lei Orçamentária Anual (LOA) para o ano de 2023 [5780] M03Q08200R00100

Orientações: Instrução: Percentual de alteração do planejamento inicial: Total dos valores dos programas estabelecidos inicialmente na Lei Orçamentária Anual - LOA - comparado com os valores finais apurados para os mesmos programas.

22.Informe o valor total da dotação atualizada em 31/12/2023 [5781] M03Q08200R00200

23.Pontualidade na Entrega dos Documentos relativos às Peças de Planejamento [5779] M03Q08400

#	ID	Descrição	Valor de referência	Exige adicional	Texto padrão
1	9411	1.0000 - Planejamento entregue no prazo [M03Q08400R00100] [9411]		Não	
2	9412	2.0000 - Planejamento entregue fora do prazo ou não entregue [M03Q08400R00200] [9412]		Não	

Comentários [1394]

24.Gostaria de registrar suas impressões, comentários e sugestões a respeito do presente questionário? [5760] M03Q03400

Orientações: Diretriz: Não deixe de indicar, por favor, as questões que você considera relevantes, mas não foram - ou o foram apenas superficial e inadequadamente - abordadas nos itens acima. Obrigado.

#	ID	Descrição	Valor de referência	Exige adicional	Texto padrão
1	9407	1.0000 - Sim [M03Q03400R00100] [9407]		Não	
2	9408	2.0000 - Não [M03Q03400R00200] [9408]		Não	

Opção (M03Q03400R00100) [1395] - exibido ao selecionar: 'Sim'

24.1. Utilize o espaço abaixo para registrar suas impressões, comentários e sugestões a respeito do presente questionário. [5761] M03Q03410R00100

Identificação do Respondente [1514]

25. Nome Completo [6032]

26. Cargo [6033]

27. E-mail [6034]

28. CPF [6035]